

2004/05/08

CANADA WITHOUT ARMED FORCES ?

Alexandre Reis Rodrigues

“Canada Without Armed Forces” é o título de um livro publicado pela School of Policy Studies da Queen's University, em Montreal, no âmbito de um programa apoiado pelo Departamento da Defesa do Governo Canadiano para fomentar o interesse e apoio de académicos, militares, funcionários dos departamentos civis do Estado e da indústria de defesa na análise da política de defesa nacional. Neste caso concreto, este livro é o produto da participação activa de diversos investigadores e personalidades, de dentro e fora do governo, que procuraram analisar a previsível evolução das forças armadas canadianas dentro de cinco, dez e quinze anos, se as políticas do passado e do presente se mantiverem sem alteração e identificar o que seria preciso fazer para inverter a situação. O assunto é de interesse para Portugal, pois, como se verá, há muitas semelhanças com a situação existente entre nós; a única diferença, que mesmo assim não é pequena, é que no caso canadiano se está a tentar evitar que a crise se acentua ainda mais, enquanto entre nós se procura saída para uma crise que vem de trás.

Para os autores do livro, a crise em agravamento que o Canadá tem pela frente encontra as suas origens na insuficiente atenção e financiamento que tem havido para com os problemas de pessoal, equipamento, instalações de treino, apoio logístico entre outros recursos indispensáveis para garantir, no futuro, credíveis capacidades militares. Apesar dos esforços dos estados-maiores de defesa em instituir um processo coerente de planeamento de forças, na prática, o sistema não tem tido a necessária continuidade. Os governos, nas palavras dos autores, têm preferido deixar serem as crises a marcar o ritmo do lançamento de novos programas de aquisições de navios, aviões e veículos de combate para logo a seguir suspenderem todos os investimentos até se tornar de novo inadiável lançar novos projectos. Em resultado destas más práticas de gestão, o estudo prevê que dentro de “um período entre cinco a dez anos os principais meios e equipamentos das forças armadas sucumbirão devido aos efeitos combinados de excesso de utilização e obsolescência tecnológica tornando-se operacionalmente irrelevantes”.

O actual sistema de forças canadiano tem vindo a consumir a maior parte do orçamento, simplesmente para pagar salários e custear os encargos básicos das actividades militares; para o investimento tem apenas ido o que sobra das duas rubricas atrás referidas, entre 7 e 18% do orçamento, em vez dos 23 a 27% que, segundo os autores, deveriam ser-lhe garantidos. Em resultado desta situação, que se arrasta há três décadas, a partir de 2005 as forças armadas ver-se-ão a braços com uma situação de obsolescência maciça dos seus equipamentos e sistemas de armas, com muitos deles a atingirem ou a ficarem perto do fim do seu período de vida útil. É um tipo de problema que é bem conhecido entre nós há já alguns anos, aliás com tonalidades bem mais sombrias do que as que se verificam no Canadá, pois a distorção estrutural do nosso orçamento de defesa tem sido muito mais acentuada; basta atentar no facto de que a percentagem de encargos com pessoal, no Canadá, que andava em 1970 pelos 65.6%, tem vindo desde aí em contínuo decréscimo (43.4% em 2002), enquanto que entre nós se mantém estável a níveis acima dos 60/70%. Em Portugal, 2004, a percentagem de encargos com pessoal será de 60.74% se for possível gastar integralmente os 278.5 milhões de euros previstos na LPM e se não se vier a verificar uma situação de sub-financiamento, que não seria inédita; admitindo que a concretização da LPM vai este repetir o “sucesso” de 2003, atingindo de novo o patamar dos 60%, o mais alto valor atingido desde sempre em 2003, a percentagem de encargos com pessoal será de, pelo menos 65% (superior na hipótese de sub-financiamento).

Os autores deste trabalho reconhecem que o orçamento de defesa no Canadá cresceu recentemente mas mantêm o receio de que tudo isso será absorvido pelo impacto da idade já avançada de muitos dos sistemas sobre os respectivos custos de manutenção, nada ficando para aquisições de novo material e assim iniciar a inversão da situação. Segundo um estudo do departamento do orçamento no Congresso dos EUA, isto apenas para dar um exemplo concreto, os custos de manutenção de aviões tende a aumentar entre 1 e 3% por cada ano a mais de idade, a preços constantes. Noutro exemplo, também citado no livro, o custo de uma grande revisão geral num avião com 40 anos será entre 5 e 9 vezes superior ao da sua primeira grande revisão geral ao fim de 5 anos de operação. Porém, o impacto da idade não se restringe a custos de manutenção; a mesma fonte refere que, por cada ano adicional de operação, o intervalo de tempo entre avarias pode diminuir entre 1 e 7% e o tempo de imobilização para manutenção pode aumentar entre 1 e 9%.

Um dos aspectos interessantes do estudo a que me venho referindo é a preocupação de encarar as

necessidades de defesa em termos de capacidades conjuntas, um assunto que, entre nós, tem sido preterido pela discussão da questão do comando conjunto, em que muita gente vê a origem de parte das dificuldades com que se debatem as forças armadas. O que os autores propõem, aliás muito justamente, é orientar os planeamentos de defesa e de forças em função das capacidades militares que o país necessita para corresponder às suas necessidades de segurança e de apoio à política externa, sendo isso que vai ditar as contribuições de cada ramo para esse fim. Muito embora possa haver por cada tipo de operação um ramo que terá um papel mais proeminente, é cada vez menos provável a ocorrência de operações exclusivamente levadas a cabo por um ramo pois, regra geral, prevalecerá a necessidade de juntar tudo o que for mais adequado para o fim em vista, independentemente da sua origem e normal cadeia de comando. Só que isso não se improvisa nem muito menos pode ser conseguido se não for pensado de raiz e criado, desenvolvido, ensaiado e treinado regularmente para esse fim.

Facilmente se pode depreender destas breves referências à situação das forças armadas canadianas, tal como expressas no livro “Canada Without Armed Forces?”, que existem muitas semelhanças com a situação militar em Portugal, ainda que o grau das dificuldades e a fase em que cada um se encontra num possível percurso para saída da crise sejam diferentes. Embora se trata de situações difíceis de resolver, possivelmente sem perspectivas de alteração substantiva no curto prazo, no caso nacional parece já se ter entrado na fase da tomada de decisões que poderão inverter a tendência de declínio enquanto no Canadá ainda se está na fase de tudo questionar, para eventualmente definir novas orientações, por ocasião da publicação de um novo Livro Branco da Defesa Nacional, neste Outono. No entanto, Portugal continua a ter pela frente o problema do excessivo peso da componente do pessoal e a não dispor de uma clara visão sobre a forma como deverão ser encaradas as reformas necessárias para poder enfrentar com sucesso os desafios do futuro. Oxalá a experiência canadiana possa ajudar a fornecer algumas pistas para a procura das soluções necessárias.